

Deveríamos ter como Nova York e Paris, já legislação aprovada para telhados verdes. Jair concorda e diz que sem dúvida, desde um pequeno jardim até uma floresta urbana a ser implantada em uma área livre ociosa, coloca aplicabilidade do trabalho em estudo, assim que seja viabilizado, e que possa e deva ser replicado para toda a cidade. Disse que nessa fase de levantamento, ainda que no início, busca-se uma apresentação que possa embasar e demonstrar a viabilidade das ações pensadas como restauração do verde no ambiente no tecido urbano. Teddy disse da importância do projeto e que na sua opinião este já teria condições de ser apresentado para divulgação nas redes sociais para a população, e esta com certeza, gostaria de participar, com críticas e sugestões, para se sentirem pertencentes. Jair coloca que está na fase inicial o projeto, embrionária, de levantamento de dados e embasamento técnico, mas que será fundamental colocar o debate com a população para aperfeiçoar e incorporar ideias. A participação da população é a espinha dorsal do trabalho, tanto como elemento de aprimoramento quanto do processo de mudança cultural. Só no diálogo com compartilhamento de conhecimento técnico que podemos alcançar o convencimento. O processo de restauração precisa alcançar a alma da cidade, nas políticas públicas, no comportamento, na cidadania, portanto é um imenso desafio, mudança da cultura do indivíduo com respeito ao habitat. A qualidade técnica na divulgação de uma ideia é parte do entendimento, o que pode levar à compreensão e aceitação ou a recusa, gerando resistência e assim comprometendo o projeto, torna-se muito mais difícil ter que desfazer uma imagem distorcida de uma proposta. Já temos que vencer os preconceitos existentes e as falsas soluções difundidas ao longo da história da cidade. Beatriz se colocou a disposição na colaboração do trabalho gráfico de apresentação na divulgação das ideias e experiências de outros países na exposição para a população. Além do que, como foi dito, precisa de mudança de cultura, as pessoas olham ainda olham para as folhas das árvores como sujeira, as pessoas gostam de sombra mas detestam varrer as calçadas. Jair acentua que as pessoas não querem se responsabilizar por uma árvore, querem usufruir dos benefícios, mas sem trabalho, é uma distorção. Luiza faz a sugestão que se faça antes uma análise da previsão do tipo da espécie da árvore apropriada para uma condição de absorção do volume de água. Jair disse que é esse o caminho do conhecimento que precisa ser elaborado, antes de lançar uma ideia, que possa se apresentar sem o risco de ser inviável por desconhecimento. Teddy tem receio que o projeto chegue pronto e a população não se sinta participativa. Apoiar que se faça a divulgação em painel eletrônico na área externa da subprefeitura, junto ao totem existente. Jair alerta e necessidade de cuidado, será preciso aprofundar a uma consulta jurídica, pois não está afirmando de antemão que pode ou não pode, já que a área externa é uma área verde onde foi permitido a ocupação de um prédio público, no caso uma biblioteca pública que incorpora a sede da subprefeitura e demais representações de diversas secretarias. Trata-se de uma área livre pública que segue as determinações da Lei da Cidade Limpa, que proíbe propaganda em áreas verdes, praças. Já a divulgação nas dependências internas da sede, seria de assunto da subprefeitura. Mas a divulgação e o diálogo com a população pode e deve ocorrer pelas mais diversas vias, oficinas, divulgação nas redes sociais e em sites que podem ser criados, específicos. Disse que todo empenho agora é organizar o melhor conjunto de informações e conhecimento para apresentar um plano com conteúdo, capaz de oferecer uma mesa de diálogo, provocativa, mas consistente no poder de reflexão, aberta e dinâmica a mudanças e transformações. Bruna informa que já está em andamento pelo Conselho Participativo uma consulta sobre o assunto do painel eletrônico. Beatriz pede que mantenha o CADES STM informado sobre este assunto. Jair propõe que aguardem esse preenchimento técnico sobre as ideias embrionárias do projeto, as quais serão respondidas com quem pode corroborar, os técnicos pertencentes aos órgãos e setores que precisam responder pela legislação e viabilidade. Billafon se coloca a disposição para apoio e interlocução com os demais setores e órgãos de governo. A palavra passa para Luízaque diz que gostaria de reforçar a ideia já apresentada na última reunião para que a PMSP faça um concurso para repor e ampliar o corpo de fiscais na área ambiental, dado que a experiência que teve como estagiária na SVMA sempre sentiu a necessidade de ampliar os recursos humanos pela gravidade que acarreta a insuficiência de equipe de fiscalização para tantos processos. Luiza diz que gostaria de informar que atualmente esta participando de um trabalho com a USP de resíduos sólidos, e o quanto seria interessante a união deste Conselho com a USP e a Unicamp, para criar a participação de projetos para população de baixa renda e meio ambiente, dado que muita gente ainda não tem conhecimento adequado de onde destinar o lixo orgânico, sendo que se poderia produzir biogás de cozinha com esse lixo orgânico. Jair propõe ao presidente e aos demais dado a importância dos pontos apresentados pelaLuiza, que a mesma poderia preparar uma apresentação com convidados para a próxima reunião. Billafon apoia a sugestão, excelente. Luiza acha ótima a sugestão e se dispõe a preparar para a próxima reunião em outubro a apresentação e que fará o convite aos professores da USP. O Presidente adjunto Billafonfala sobre a sugestão da conselheira Luiz sobre o concurso para ampliação do quadro de fiscais de meio ambiente, assunto da maior importância, se coloca para enviar ao governo para uma possível avaliação de impacto na folha de despesas. Jair agradece o apoio de todos(as) os conselheiros(as) ao projeto embrionário de restauração das áreas verdes. Seguindo para o item 3, informes, Brunarelata que a demanda feita pelo conselheiro Teddy segue em andamento aos demais órgãos responsáveis para solucionar os problemas de inundação decorrentes da execução da lombada localizada na Av. Cruzeiro do Sul. Presidente adjunto Billafon abre a palavra, faz os agradecimentos aos presentes e ao Subprefeito Dário que acompanhou em tela a reunião, e convida a todos(as) para estarem presentes na próxima reunião dia 26 de outubro. A reunião é encerrada às 18h40min.

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA/2021 DO CADES REGIONAL DE SANTANA/TUCURUVI/ MANDAQUI, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021.

Lista dos presentes:
Presidente Adjunto
Chefe de Gabinete – Waine Amaro Billafon
Secretária
Bruna dos Santos Galvão - Subprefeitura de Santana/ Tucuruvi
Conselheiros Titulares
Elpídio Uliian Junior
Daniel Teddy Espinoza Garcia
Conselheiros Suplentes
Luíza Góis Magalhães – nesta reunião ocupa a vaga de Conselheira Titular por ausência.
Conselheiros Representantes do Governo
Jair A. D. Zanelato – Subprefeitura de Santana/Tucuruvi
Participantes
Professor Dr. Ednilson Viana - Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP.
Vera Águeda – moradora do Jardim São Paulo – Mirante de Santana
Luiz Carlos da Silva – Coordenador de Governo Local – Subprefeitura de Santana/Tucuruvi

ATA: No dia 26 de outubrode 2021 às 17h25min o Presidente Adjunto Billafon inicia a 7ª Reunião Ordinária do CADES Regional de Santana/Tucuruvi/Mandaqui, agradece a presença de todos os presentes. É proposto a inversão do item de pauta e aceito pelos presentes, iniciando pela apresentação do item 2.1 - Tratamento de resíduos sólidos — biogás de cozinha, passan-

do a palavra para a conselheira Luíza, Coordenadora Adjunta do CADES Regional STM, que inicia a apresentação destacando os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, dentre os quais os tratamentos de resíduos sólidos, evidenciando a produção imensa nas áreas urbanas. Cita os dados da Amlurb que de janeiro a agosto de 2020 nos pátios da cidade de São Paulo receberam 7,1 mil toneladas de resíduos orgânicos, desse total foram produzidos 1,4 mil toneladas de compostos orgânicos. Relata as principais leis que tratam dos resíduos sólidos e o compromisso com o ODS 12 e outros, a Lei – 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente; Lei 9.605/98 – Lei dos Crimes Ambientais; Lei 12.365/10 – Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei 7.802/89 – Lei dos Agrotóxicos; Decreto 4.074/02 e Lei 11.445/07 – Política Nacional de Saneamento Básico, ainda a Portaria 274/19 – Lei de Recuperação Energética dos Resíduos e Portaria 280 – Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR Nacional; Decreto 10.240 – Logística Reversa de Eletrônicos. Na cidade de São Paulo no site da Amlub há as informações do tratamento de parte dos resíduos orgânicos que são tratados em leiras e transformados em compostos orgânicos/adubos e doados à população. Descreve a escalada dos preços dos combustíveis e gás de cozinha, GLP, o que leva a necessidade de buscar soluções, principalmente para as populações de baixa renda, propondo a reflexão de se utilizar o biogás a partir do lixo orgânico doméstico. Aponta que há uma equipe que já estuda o assunto coordenado pelo professor Ednilson da EACH – USP, no laboratório no campus USP-Leste através de pesquisa, onde se desenvolve os protótipos de biodigestor para produção de biogás de cozinha. Disse que hoje as pesquisas recebem apoio e parcerias, mas que é preciso avançar nos diálogos e ampliação dos recursos. Destacou que no processo de compostagem é produzido o gás metano que na sua maior parte se perde na atmosférica ou simplesmente eliminado pela sua queima, portanto nada é mais que necessário dar um destino correto e sustentável. Luiza passa a palavra ao professor Ednilson, que cumprimenta e se apresenta, relata que é formado na área de ciências biológicas, que trabalha hoje na USP – Campus Leste, destaca que enviar todo esse material de lixo orgânico para os aterros é um contrassenso, por isso trata o lixo orgânico como matéria-prima, tanto na elaboração do composto como adubo ou ainda para obtenção do biogás de cozinha. Cita que o próprio laboratório de pesquisa é um espaço de materiais reciclados e reaproveitados na sua construção. A pesquisa busca a máxima obtenção de biogás através dos resíduos orgânicos domésticos junto com os dejetos de “pets” (na maioria cachorros e gatos). Descreve através de imagens os sistemas em estudo e testes, destacando que a biodigestão é uma caixa de surpresas. Descreve que o estudo busca o reaproveitamento de garrafas pet, no intuito de menor custo acessível para a população de baixa renda. Sem desmerecer a biodigestão nos minhocários que produz excelente adubo orgânico, a biodigestão anaeróbica além da produção do adubo orgânico tem ainda o biogás, por isso foi escolhido como pesquisa. Quanto as dúvidas dos riscos, como a de que o biogás é explosivo? não é bem assim, há maneiras de tornar todo o processo seguro até o consumo. Tem uma série de cuidados, como o sistema para fora da cozinha, área aberta, sob baixa pressão. Esclarece que o estudo no sistema seco está em testes e andamento, sendo a produção do gás metano o de interesse para queima, mas ressalta que na biodigestão há a produção de outros gases como CO e CO2, que não interessa, já o H2S que é o gás sulfídrico, este precisa ser retirada pois pode corroer o fogão. Ednilson abre a palavra para as perguntas. Jair inicia parabenizando o professor, a iniciativa desafiadora e a necessidade de valorização dos centros de formação e pesquisa que buscam inovação, fazendo a diferença. Primeiramente Jair pergunta se já se pensa em avaliar qual a escala de produção do biodigestor para alcançar o menor custo de produção, dado que se poderia produzir o biogás a partir de um número coletivo de residências, capazes de diluir o custo dos equipamentos e manutenção, provavelmente deve-se obter um ponto ótimo na relação de custo de produção x escala de produção de biogás x número de residências, não seria uma solução para diminuir os custos? Pensar em condomínios, a quadra de um bairro? Ednilson agradece e um prazer poder dividir as questões com profissionais de todas as áreas. Acredita que os custos podem ser otimizados ao pensar em escalas de produção. No momento a opção de sistema seco e equipamento individual de pequena escala do biodigestor é uma resposta para trazer uma solução no modelo de consumidor atual, para substituir de forma direta o seu botijão de gás de cozinha, sendo que um dos desafios é a vedação, dado que é mais difícil no sistema seco. Esse sistema ideal ainda não foi alcançado, requer mais estudo e mais tentativas. Jair pergunta se é o uso das garrafas pet que dificultam a vedação. Ednilson responde que sim, pelas várias conexões que precisam ser instaladas entre as garrafas pet e mangueiras plásticas, que até agora apontaram pontos de perda do gás. Jair pergunta se não é viável reciclar a garrafas pet e produzir tubulações e recipientes destinados e melhores adaptados ao sistema. Ednilson acredita que é uma ideia importante, mas seria preciso equipamento, investimentos, quem sabe depois com patrocínio a partir do momento que comprovada a eficiência do sistema, sim, seria uma próxima etapa, dado que o plástico pet não resiste a muito calor, e o biodigestor precisa receber aquecimento do sol. Jair coloca que então um local apropriado para instalação do biodigestor seria a laje de cobertura da residência, muito comum na periferia que esteja disponibilizada sem telhado. Ednilson disse que se for possível na laje, seria perfeito, desde que seja facilitado o acesso, já que precisa abastecer a cada 2 dias o sistema. Mas a vedação do sistema é o grande desafio. Jair pergunta se no final da biodigestão existe o risco de existir algum agente patogênico. Ednilson acredita que não, mas que seria recomendado cada residência utilizar o desejo do seu próprio pet. Jair pergunta se nos vazamentos que ocorreram ou venham a ocorrer indesejáveis houve ocorrência de odores. Ednilson responde que não, que quando ocorre o vazamento do metano este não tem cheiro. Mas que para finalizar o sistema, precisa resolver as vedações, como também qual a formulação dos dejetos adequados, qual a porcentagem de lixo orgânico e dejeito pets, pois já se sabe que muita proteína e nitrogênio gera mais amônia inibindo as bactérias. Jair diz que diante do cenário exposto seria importante pensar em mais frentes, buscando maior abrangência, como no caso de bares, restaurantes, cozinhas industriais que passariam a produzir ser próprio biogás. Ednilson diz que sim, é interessante expandir, para se ter uma ideia a partir de 4 kg de lixo orgânico é possível produzir biogás para 1 hora de queima no fogão, além do adubo orgânico, pronto para ser utilizado desde um vazo até uma horta. Acredita que é importante que a pessoa se empoderar do ciclo do processo e se integrar, criando a consciência de que faz parte e é solução. Jair ressalta a importância do biogás no ciclo sustentável, sendo que mesmo que os custos fossem maiores se comparados ao GLP, deveria ter subsídios como forma de viabilizar, dado que os grandes custos da coleta e os aterros sanitários são práticas insustentáveis que precisam ser reavaliadas pelas prefeituras. Billafon aponta a importância da pesquisa e pergunta que assim que se dê a possibilidade de se fazer visitas ao laboratório, se haveria possibilidade de agendar um grupo. Ednilson responde que sim, seguindo os protocolos poderia marcar uma visita. Jair pergunta de que forma o CADES poderia ajudar, até mesmo na divulgação. Ednilson responde que ainda não se pode pensar em divulgação, pois precisam alcançar resultados mais promissores e seguros para apresentar como uma opção a produção do biogás de maneira individual, mas sempre segue aberto a sugestões e ideias. Luiza faz uma pergunta, que dada a presença dos representantes da subprefeitura de como alcançar um diálogo mais contínuo e um apoio ao biogás para ser aplicado às residências, no caso do sistema se apresentar promissor. Billafon

respondeu com o exemplo de sua experiência em outras prefeituras que utilizou PPP – Parceria Público-Privado, como uma startups, com participação do governo, da academia e iniciativa privada com os recursos, esta exigindo que todo o processo esteja plenamente solucionado para ter segurança de investir, caso contrário o modelo ficaria no protótipo, caseiro, com poucas unidades. Aponta que caso seja necessário buscar soluções internacionais, relatou como exemplo que teve a experiência de uma visita técnica a Bélgica em uma usina de recuperação energética, projeto da cidade de Barueri, onde a Sabesp tem uma estação de tratamento que recupera o esgoto para uma água não potável, mas que pode ser utilizada para outros usos. Disse que o poder público pode ter um papel interessante na ajuda de criação de uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), com CNPJ específico, com apoiadores privados, com melhor aproveitamento dos recursos públicos. Não há dúvida que este é o futuro, o reaproveitamento dos materiais, energias sustentáveis. Edmilson concorda com os argumentos, sendo que, como disse, é necessário modelar o sistema de forma completa, resolvendo algumas dificuldades e obter um sistema finalizado, com reaproveitamento energético o máximo possível, seguindo uma ordem hierárquica de resíduos, aproveitar o máximo possível os materiais recicláveis, melhor que enviar para o aterro, recuperar energia, melhor ainda aproveitar a matéria-prima. Seguindo uma linha de sustentabilidade, como a meta de lixo zero. Vera fez uma pergunta de como a população pode contribuir, descreve que no seu caso ela já produz o composto orgânico, reciclando e juntando material reciclável para as cooperativas. Ednilson respondeu que é esse o caminho, já separar os materiais recicláveis, produzir o seu adubo orgânico, respeitando a escala e a vocação de cada morador, alguns podem gostar de minhocários outros não, é importante ter um cardápio de alternativas, pensar no micro e no macro, mas diz que Vera está no caminho certo. Vera agradeceu e disse que está pensando lá na frente em locais onde os moradores possam levar seus resíduos em áreas comuns ou área públicas. Ednilson respondeu que sim, já existem estas iniciativas em praças públicas onde um grupo de moradores fazem a compostagem conjunta dos resíduos orgânicos domésticos, de forma controlada onde gera composto, adubo. Teddy gostaria de afirmar o seu interesse de visitar o laboratório na USP. Ednilson reafirmou que está a disposição, basta organizar e preparar uma agenda de visita. Billafon afirmou de como essa iniciativa participativa pode trazer mais consciência e informação as pessoas, ajudando em conhecimentos e participação nos projetos. Ednilson lembrou de um equipamento que pode aproveitar os resíduos urbanos de poda de árvores e grama, em brinquetes, um biocombustível sólido, com grande poder calorífico. Luiza disse que um dos grandes prazeres do trabalho no laboratório da universidade é a gama de informação e abertura de visão para inspiração na gestão ambiental, agradeceu a presença do professor Ednilson,este agradeceu a atenção de todos e a troca de ideias, disse que espera que juntos possamos encontrar caminhos na troca e reflexão dos olhares sobre o assunto. Jair agradeceu a apresentação do professor Ednilson e a conselheira Luíza, e parabeniza pela importância do tema, disse que o diálogo entre a academia e a sociedade, pode ser facilitada através da vontade e políticas de governo, a esperança é que temos saída, basta vencer as barreiras de vícios culturais e preconceitos, como também as questões burocráticas. Billafon agradeceu ao professor Ednilson e a Luiza em disponibilizar o conhecimento e o tempo para trazer um assunto de tão grande importância. Billafon coloca em votação o item 1 sobre a aprovação da ATA da reunião anterior, a Sexta Reunião. Todos os presentes aprovaram a ATA. Billafon passa para o item 3 – informes. Teddy pede a palavra e pergunta de há alguma informação sobre a eleição do CADES. Jair respondeu que a única informação dada por SVMA é a intenção para as eleições ocorrerem no final de novembro, mas ainda não é oficial, sendo que deve-se aguardar a nova plataforma elaborada pela Prodram para votação online. Bruna lembrou que mesmo não tendo ainda uma data certa, é indicado por SVMA que os candidatos podem iniciar a conversa com seus eleitores, e que aguardem as informações oficiais pela SVMA. Luiza apresentou uma dúvida sobre a descrição de sua função na reunião que consta na ATA aprovada da Sexta Reunião como conselheira suplente. Jair explicou que a função de conselheira titular e suplente foi a partir da colocação em números de votos na eleição, sendo que na falta de conselheiro titular a vaga na reunião específica passa a ser ocupada pelo suplente presente, que foi o seu caso, tendo os mesmos direitos a voto conforme o regimento interno aprovado. Teddy coloca que seria importante reavaliar a função de conselheiros suplentes mais atuantes para ocupar de forma definitiva a vaga de um conselheiro titular com menor participação. Jair explicou que a não presença nas reuniões virtuais não pode ser considerada omissão, dada orientação da SVMA em não discriminar as pessoas que não podem ou conseguem ter acesso a uma boa internet. Teddy coloca a questão de substituição do título de titular com o suplente. Jair explicou que isso é o que ocorre na reunião, quando da ausência do titular. Billafon propõe que após a reflexão e várias opiniões dos presentes que se faça uma consulta a SVMA sobre o assunto. Jair se dispôs a contatar a representante da SVMA, Maralina Matoso para apresentar as questões levantadas na reunião sobre titularidade e suplência. Teddy agradece a aproximação da universidade, a sociedade e a prefeitura, em especial a iniciativa da conselheira Luiza. Bruna sugeriu que Luiza faça o envio do material da apresentação a todos os conselheiros. Luiza se dispôs a preparar a formatação e o envio por e-mail. Billafon agradece a presença do Coordenador do Governo Local da Subprefeitura, Luiz, que acompanhou toda a reunião e que terá um papel importante e atuante nos conselhos, graças a sua experiência profissional. Luiz agradece e se coloca a disposição para contribuir e participar. Billafon reafirma seus agradecimentos, a presença de todos e todas, e deixa um convite para participação e presença já para a próxima reunião. A reunião é encerrada às 19h30min.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2021– BIÊNIO 2020/2021.

No dia vinte e nove de junho de 2021, às 19h00, reuniram-se virtualmente, por meio de plataforma virtual Microsoft Teams, os seguintes conselheiros titulares do Conselho Participativo da Subprefeitura Santana/Tucuruvi, representantes da Subprefeitura Santana/Tucuruvi e Municípes:

Conselheiros titulares Presentes:
Lucas Rodrigues Viera
Vanda Maria Aparecida Beolchi
Representantes da Subprefeitura Santana/Tucuruvi presentes:

Jair Aparecido Donizete Zanelato – Interlocutor do CPM-ST
Fernando Salles – Chefe de Gabinete

João Wilson - supervisor técnico de limpeza pública da Subprefeitura ST

André - supervisor da habitação da Subprefeitura ST
Félix - supervisor de projetos de obras da Subprefeitura ST
ATA:

1. As 19h14 a coordenadora Vanda abre a reunião e em seguida faz a chamada.

2. A coordenadora abre inscrições para a fala dos municípios.

3. A coordenadora cede a palavra a muniícpe Carolina, a município diz que por causa da pandemia tem encontrado dificuldade de acesso a subprefeitura por isso traz as demandas para o conselho participativo e que espera que chegue aos órgãos necessários, relata que há algumas semanas trouxe uma demanda sobre tocos de árvores em calçadas e que foi solicitado a ela que tirasse fotos para enriquecer (documentação)

sábado, 11 de dezembro de 2021

a demanda, relata que assim o fez e que mandou as imagens para o Lucas (conselheiro) e que as fotos são de apenas uma rua (Francisco Lipe). A município traz uma segunda questão, relata que há um ano e meio fez um abaixo-assinado que foi entregue a antiga gestão da subprefeitura (Pedro Nepomuceno) referente a algumas placas de proibido estacionar que foram colocadas na extensão da avenida general Ataliba Leonel a partir do hospital veterinário municipal, diz que na região tem um grande centro de diálise e que quem faz uso deste centro não encontra lugar para estacionar e que as peruas do Atende que estavam utilizando as ruas que são confrontantes não podem mais estacionar, ou seja, na mesma região tem o VET, o hospital de hemodiálise e agora o acréscimo da demanda de carros de pessoas que utilizam o metrô (estação parada inglesa) e que deixam o carro na mesma região. Relata que as ambulâncias que trazem os pacientes para o centro de diálise estão tendo que parar em cima da calçada dos comerciantes e que muitas vezes estes pacientes tem que atravessar a rua -são pacientes debilitados, que estão fracos devido ao tratamento... e que os mesmos problemas também ocorrem com as pessoas que levam os animais para o VET. Relata que viu nascer na mesma região um super hiper mega estacionamento (privado) e se pergunta como é que um fiscal deixou isso ocorrer sem perceber o transtorno na região?

4. A coordenadora diz que frequenta a região e concorda com tudo que a município relatou e que esses problemas costumam a estar na altura do número 3300 (avenida general Ataliba Leonel). A coordenadora relata que as calçadas dos comerciantes sofrem rasuras pelo sobre peso de veículos que são coagidos* a pararem em cima da calçada e que esse reparo – o custo é de conta dos comerciantes, trazendo mais prejuízo.

• A coerção aqui citada é no sentido de; melhorar a mobilidade do paciente para chegar ao hospital muitas vezes sem opção o motorista acaba parando em local inapropriado.

5. A coordenadora pede uma posição da subprefeitura em relação a fiscalização na região.

6. O chefe de gabinete pede a voz e a coordenadora concede, cumprimenta a todos e diz que lembra do relato da município (sobre os tocos de árvores) e que pediu para que formalizassem os pedidos via e-mails com fotos e endereços para que pudessem abrir uma apuração administrativa ou até mesmos sanções e etc... e que isso está em ata da última reunião. O chefe de gabinete completa afirmando que não recebeu nenhum e-mail tratando deste assunto. Coloca o e-mail a disposição para receber as demandas, diz o que chegar será passado para a apuração com o coordenador de projetos e obras e que a pessoa competente irá apurar possíveis irregularidades, completa a fala pedindo que mandem a demanda para o e-mail que novamente está posto no chat.

7. O chefe de gabinete relata que também é morador da região e que não concorda com a situação que se encontra a região citada pela coordenadora, mas falta mecanismos legais para a atuação da subprefeitura naquela região e que o problema citado fica a cargo da secretaria de transportes e sendo mais específico com a CET. Reforça que faltam os números dos processos para que ele leve para a secretaria e peça; algum estudo em relação a demanda, viabilizem ou alguma resposta. Completa a fala dizendo que a subprefeitura não tem poder para mudar uma regra estabelecida na secretaria de transportes, porém tem um bom relacionamento.

8. A município pede a voz e a coordenadora concede, diz que levará as demandas, relata que não consegue ir até a secretária de obras da prefeitura, relata que o 156 não adianta e que os moradores da região já fizeram o uso desta plataforma. A município solicita; algum agente fiscalizador para verificar os transtornos na região (citada 3), e averiguação do empreendimento.

9. O chefe de gabinete torna a lembrar que na questão de placas e sinalizações não é de competência do agente fiscalizador. Diz que nas outras questões, sim consegue mandar (a fiscalização).

10. O município Teddy Espinoza solicita voz e a coordenadora concede, ele dirige uma pergunta ao chefe de gabinete sobre um prédio que será construído no mirante de Santana e se realmente haverá a construção deste edifício. Faz também uma pergunta dirigida ao Félix sobre supostos transtornos que podem ocorrer com a construção do edifício.

11. A coordenadora concede a voz para o supervisor de obras Félix, que responde ao município; que é supervisor de obras públicas e não do privado. Relata que existe outra coordenadoria que cuida de aprovações de construções e reformas.

12. O chefe de gabinete respondendo à pergunta do município, relata que não tem como saber se haverá a construção do edifício, lembra que quando se trata de obras grandes não é a subprefeitura que concede a licença e sim a secretaria. O que pode se fazer é levar a demanda para a secretaria e pedir esclarecimento.

13. O município Teddy direciona outra pergunta ao Félix, pergunta se a Sabesp tem algum projeto para a região pois alega que as tubulações de esgotos pelo que se sabe está com as galerias sobrecarregadas e que a possível vinda do edifício irá agravar a situação. E na parte do tráfego, chama atenção para a questão do acesso ao possível edifício, acesso que só se dá por duas vias e que as mesmas se encontram com excesso de tráfego. O município relata que o subprefeito Dário já está sabendo dos problemas da região segundo o que leu em um jornal local.

14. O chefe de gabinete respondendo sobre a questão do esgoto, diz que a Sabesp já começou um trabalho de reestruturação de toda a capacitação dela aqui na região, ele não sabe responder no caso específico daquelas ruas pois como subprefeitura que é um órgão do município ele não tem poderes sobre a estatal e que acredita que a Sabesp já se antecipou a isso (sobre o possível edifício e a sobrecarga nos dutos de esgotos) porque é comum quando se realiza uma obra grande que a Sabesp acompanha fazendo reparos em suas redes para melhor capacitação na tubulação de esgoto.

15. O supervisor de obras respondendo ao município, diz que normalmente quando uma companhia de água e esgoto como a Sabesp faz quando planeja redes de esgoto, redes coletoras e redes tronco, eles já preveem um potencial construtivo de acordo com o zoneamento local, então todas essas redes que existem já foram projetadas há trinta quarenta anos, então com o decorrer dos anos o zoneamento é replanejado. Nestes casos é preciso fazer reparos como o chefe de gabinete citou.

16. O secretário pergunta ao Félix se a Sabesp comunica a subprefeitura quando realiza esse tipo obra.

17. O supervisor alega que qualquer concessionária que faz obras na região comunica a subprefeitura que controla a situação pelo motivo de recomposição do pavimento. O supervisor faz uma ressalta que só tomam ciência quando as empresas executam a obra, ou seja, não tomam conhecimento do planejamento.

18. O conselheiro Dogivaldo que pertence ao CPM Jaçanã/ Tremembé, saúda a todos, lembra da importância dos conselhos, fala sobre troca de experiências e contatos.

19. A coordenadora e o secretário agradecem a participação do conselheiro e que toda soma é bem-vinda, ressalta a contribuição do conselheiro na sua região e que é notória a presença dele.

20. A coordenadora dando continuidade à reunião, pede que o secretário faça a leitura da pauta.

21. Em resposta do primeiro item de pauta, não conseguimos acesso a documentação e por isso não conseguimos produzir resposta. Lembramos que caberia a antiga gestão passar os documentos ao CPM, e que não apenas falharam nisso como também em dar o acesso a tal documento para a gestão seguinte.